

PLANO ESTRATÉGICO STJ 2010-2014

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

1º TRIMESTRE/2013

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

1º Trimestre/2013

Relatório de Desempenho – 1º Trimestre 2013 Metas Nacionais do Poder Judiciário - CNJ

Sumário

Intro	luçãolução	4
	SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O STJ	
1.1	Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2013	
1.2	Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2012	
1.3	Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2010	11
1.4	Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2009	14
2. I	METAS NACIONAIS PARA O PODER JUDICIÁRIO CUMPRIDAS PELO STJ	15
2.1	Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2012	
2.2	Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2011	
2.3	Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2010	16
2.4	Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2009	16
Anex	o I – Descrição dos fatores das Metas Nacionais para o Poder Judiciário	17
I.1 M	eta 16 de 2013	17
I.2 M	eta 17 de 2013	18

Relatório de Desempenho – 1º Trimestre 2013 Metas Nacionais do Poder Judiciário - CNJ

Introdução

A mensuração do desempenho é uma atividade rotineira e ocorre em organizações que estão comprometidas com a sua finalidade e com seu público-alvo, seja interno ou externo. Ao se mensurar o desempenho, é possível manter um maior controle das atividades fins e meio do Tribunal de acordo com o seu planejamento estratégico.

Visando a melhora do desempenho da atividade judiciária dos tribunais e juízes do país, o Conselho Nacional de Justiça definiu durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em 2012, as metas nacionais que deverão ser perseguidas pelo Poder Judiciário no exercício de 2013. De forma a subsidiar todos os tribunais com instruções e critérios para o cumprimento das referidas metas, o CNJ produz periodicamente a partir de 2009 o Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

O presente relatório tem por objetivo a demonstração da situação de cada meta acompanhada pelo Superior Tribunal de Justiça desde o exercício de 2009. As metas pendentes de cumprimento pelo Superior Tribunal de Justiça são as seguintes:

METAS NACIONAIS DE 2013: Metas 1, 2, 16, 17 e 18;

METAS PRIORITÁRIAS DE 2010: Metas 2, 3 e 4;

METAS DE NIVELAMENTO DE 2009: Meta 2.

No item 2 deste relatório estão todas as metas nacionais para o Poder Judiciário já cumpridas pelo STJ. Elas estão divididas por exercício de 2009 até 2012.

1. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O STJ

Legenda

Situação₁	
Cumprida	Índices iguais ou superiores à meta estabelecida para o Superior Tribunal de Justiça durante todo o exercício de referência
Parcialmente cumprida	Índices iguais ou superiores à meta estabelecida para o Superior Tribunal de Justiça durante o mês de lançamento. O cumprimento total somente se dará ao final do exercício de referência
Não cumprida	Índices inferiores à meta estabelecida para o Superior Tribunal de Justiça durante o mês de referência e/ou no exercício de referência
Não mensurada	Não ocorreu medição no mês e/ou no exercício de referência

¹ De acordo com o Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça

1.1 Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2013

	Metas		Situação
Meta 1 de 2013: Julgar quantidade 2013.	maior de processos de conhecimento do que os o	Meta parcialmente cumprida	
Processo administrativo STJ n. 02	302/2013	Total de julgados: 53.266 Total de distribuídos: 51.187 Percentual de cumprimento: 104,06%	
	Gráfico ²		Comentário: A meta estará cumprida se o percentual de
Resultados			cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31.12.2013 e, no mínimo, mais 1 para os
60.000	Meta 1 / 2013		tribunais que tenham estoque processual. De acordo com o Sistema das Metas Nacionais do CNJ o
48.000 36.000 24.000 15.446 15.446 179 479 479	33.886 30.181 30.660 18.440		cumprimento total da meta somente se dará no dia 31/12/2013.
Z/ver ● Distribuídos	Percentual de cumprimento : 104.06% Porcentual de cumprimento : 104.06% □ Total de distribuídos □ Julgados no mês □ Total de Julgados		
Total de processos que sairam da meta por ce	ancelamento da distribuição ou redistribuição para outro tribunal ou jurisdição.Visualiz e aq ui		

² Gráfico gerado pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

Metas	Situação			
eta 2 de 2013: Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008.	Meta parcialmente cumprida			
ocesso administrativo STJ n. 02308/2013	Acervo inicial total: 4.682 Total de julgados (acumulado distribuído ano base): 266.178 Distribuídos no ano base (2008): 270.424 Total de processos da meta pendentes de julgamento: 4246 Percentual de cumprimento: 123,04%			
Gráfico ³				
Resultados	Comentário: A meta estará cumprida quando o grau d cumprimento for igual ou superior a 100%. De acordo com o Sistema das Metas Nacionais do CNJ cumprimento total da meta somente se dará no dia 31/12/2013.			
Meta 2 / 2013 - Competência: Criminal e Não Criminal Pendentes de julgamento no ANO BASE: 270424 - Julgados até 31/12/2012 : 265742 300.000	Observa-se que até o momento, o Tribunal julgou 23,04% mais dos processos distribuídos em 2008.			
Percentual de cumprimento : 123.04% Alvo (pendentes de julgamento no ANO BASE com os que entraram e sairam da meta) No cómputo dos processos pendentes de julgamento são considerados os que entraram e sairam da meta em cada mês. Visualize aqui				

³ Gráfico gerado pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

Metas																			Situação
ta 16 de 2013: Fortalecer a estrutura de controle interno do Tribunal.												Meta não cumprida Total de fatores: 17 Total respectos SIM: 12							
esso a	dmin	istra	tivo	STJ	n. 02	2309	/201	3											Total respostas SIM: 12 Total respostas NÃO: 5 Percentual de cumprimento: 70,59 %
€ F	Resulta	dos							Tab	ela⁴									Comentário: As unidades de controle interno identificar as ações necessárias ao cumprimento da fim de que sejam concluídas até 31/12/2013. Para fins de cálculo do percentual de cumprime
							s	uperio	r Tribui	nal de J	ustiça								considerado o último lançamento. A meta estará cumprida quando todas as resp
Mês de ref.	P16.1	P16.2	P16.3	P16.4	P16.5	P16.6	P16.7	P16.8	P16.9	P16.10	P16.11	P16.12	P16.13	P16.14	P16.15	P16.16	P16.17	Cump.	perguntas forem SIM. É importante ressaltar que a Secretaria de
Jan/2013	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	Interno do Tribunal propôs algumas alterações na da meta, que serão objeto de consulta e aprecia
Fev/2013	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Esta
	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	Orçamento do Conselho, de acordo com o Chamad 14003.

⁴ Tabela gerada pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

							Met	as							Situação
leta 17 de 2013: Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.											Meta não cumprida Total de fatores: 13				
rocesso admii	nistra	tivo S	STJ n	. 023	10/20)13									Total respostas SIM: 9 Total respostas NÃO: 4 Percentual de cumprimento: 69,23%
Resultados							Tabe	ela°							Comentário: A meta estará cumprida quando todas as respostas às perguntas forem SIM. É importante ressaltar que a Secretaria de Administração e Finanças do STJ adotou algumas providências com o intuito de melhorar os seus sistemas efetivos de licitação e contratos,
					Sup	perior T	ribuna	de Jus	stiça						como, a proposta de adoção de minutas padrão, que se encontra
MÊS DE REFERÊNCIA	P17.1	P17.2	P17.3	P17.4	P17.5	P17.6	P17.7	P17.8	P17.9	P17.10	P17.11	P17.12	P17.13	CUMPRIMENTO	na Assessoria Jurídica, para análise e pronunciamento, conforme
Jan/2013	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Processo STJ n. 1025/2012, bem como análise de utilização, pela Seção de Aquisição/SAF, de um sistema de compras diretas
Fev/2013	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	por meio eletrônico.
Mar/2013	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	

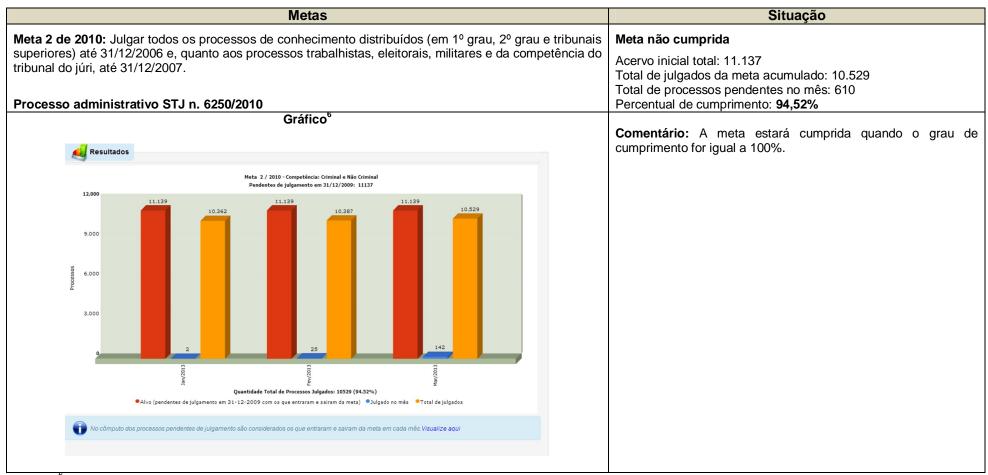
⁵ Tabela gerada pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

Metas	Situação
Meta 18 de 2013: Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.	Não mensurada No momento, o STJ não dispõe de dados para preenchimento dessa meta, pois a tabela de movimentos está em fase de implantação.
Processo administrativo STJ n. 02698/2013	

1.2 Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2012

Metas	Situação
Meta 1 de 2012: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012. Processo administrativo STJ n. 02698/2013	Meta não cumprida* Julgados: 286.177 Distribuídos: 288.281 Percentual de cumprimento: 99,27%
	* Considerando a versão 8 do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2013, a meta foi substituída pela meta 1 de 2013. Portanto, o cumprimento foi encerrado em 2012.

1.3 Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2010



⁶ Gráfico gerado pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

Metas Situação Meta não cumprida Meta 3 de 2010: Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009). Acervo inicial (31/12/2009): 1.330 Acervo alvo (meta): 1.197 Acervo total atual: 1.351 Percentual de cumprimento: -15,79% Processo administrativo STJ n. 6251/2010 Gráfico⁷ Comentário: A meta estará cumprida quando o grau de Resultados cumprimento for igual a 100%. Atualmente, houve um aumento de 1,58% no total de Meta 3 / 2010 - Não Fiscais acervo atual, por isso no gráfico gerado pelo Sistema de Não baixados definitivamente em 31/12/2009: 1330 Metas Nacionais do CNJ o percentual de redução da meta está zero. Acervo Alvo 1197 Percentual de Cumprimento: 0,00% (Redução: 0,00%) ●Acervo Sem o Cômputo das Execuções Distribuídas ●Acervo Total ●Execuções Distribuídas ●Execuções Baixadas 😭 No cômputo dos processos pendentes de julgamento são considerados os que entraram e sairam da meta em cada mês. Visualize aqui

Gráfico gerado pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

	Metas	Situação
Meta 4 de 2010: La	avrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após as sessões de julgamento.	Meta parcialmente cumprida
Processo adminis	strativo STJ n. 6281/2010	Total de decisões colegiadas: 6.851 Total de acórdãos publicados em até 10 dias: 5.622 Percentual de acórdãos publicados em até 10 dias: 91,18%
Resultados	Gráfico ⁸	Comentário: Para fins de cálculo de cumprimento, será considerada a soma dos dados lançados até o mês de dezembro e a meta será cumprida quando o tribunal alcançar o grau de cumprimento de 90%.
	O gráfico para esta meta não está disponível no momento.	De acordo com o Sistema das Metas Nacionais do CNJ o cumprimento total da meta somente se dará no dia 31/12/2013. Considerando a resposta ao Chamado n. 14178, o
		Sistema de Metas Nacionais do CNJ está sendo retificado quanto ao percentual de cumprimento em 2013. Assim, no momento, o gráfico referente a essa meta está indisponível.

⁸ Gráfico gerado pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

1.4 Metas Nacionais do Poder Judiciário para o STJ – 2009

Metas	Situação
Meta 2 de 2009: Identificar e baixar todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).	Meta não cumprida
Processo administrativo STJ n. 00877/2013	Acervo inicial: 35.989 Processos julgados: 33.688 Processos pendentes: 2.301 Percentual de cumprimento: 93,61%
Gráfico ⁹	
Total de Processos Pendentes de Julgamento com os que entraram e sairam da meta: 35989	Comentário: Considera-se, para fins de comprimento da meta, o número de processos distribuídos até 31/12/2005
35.988 4.669 2.774 1.518 10.126 6.28896 24,000 16,000 16,000 17,000 18,000	julgados na instância no mês de referência, excluídos, cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas; execuções criminais; execuções de títulos executivos judiciais e extrajudiciais; precatórios judiciais e requisições de pequeno valor; inquéritos; ações penais decorrentes de inquérito policial anterior a 31/12/2005 cuja denúncia foi oferecida após essa data; e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
Jan/ 2) May 2 Jan/ 2) May 2 Jan/ 2) Jan/ 2 Jan/ 2 May 2 May 3 May 4 May 3 May 4 May 3 May 3 May 4 May 4 May 5 May 4 May 5 May	
Quantidade Total de Processos Julgados: 33688 (93,61%) ■ Processos Julgados no Mês ■ Acumulado de Processos Julgados ■ Processos pendentes de julgamento	

⁹ Gráfico gerado pelo Sistema de Metas Nacionais para o Poder Judiciário do CNJ

2. METAS NACIONAIS PARA O PODER JUDICIÁRIO CUMPRIDAS PELO STJ

2.1 Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2012

Metas	Situação
Meta 2 de 2012: Julgar até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007.	Meta cumprida
Meta 3 de 2012: Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.	Meta cumprida
Meta 4 de 2012: Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.	Meta cumprida
Meta 5 de 2012: Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.	Meta cumprida

2.2 Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2011

Metas	Situação
Meta 1 de 2011: Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.	Meta cumprida
Meta 4 de 2011: Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.	Meta cumprida

2.3 Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2010

Metas	Situação
Meta 1 de 2010: Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.	Meta cumprida
Meta 6 de 2010: Reduzir em pelo menos 2% o consumo <i>per capita</i> com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).	Meta cumprida
Meta 7 de 2010: Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal.	Meta cumprida
Meta 10 de 2010: Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário.	Meta cumprida

2.4 Metas Nacionais para o Poder Judiciário cumpridas pelo STJ em 2009

Metas	Situação
Meta 1 de 2009: Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 5 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.	Meta cumprida
Meta 3 de 2009: Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet).	Meta cumprida
Meta 4 de 2009: Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos.	Meta cumprida
Meta 7 de 2009: Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.	Meta cumprida
Meta 9 de 2009: Implantar núcleo de controle interno.	Meta cumprida
Meta 10 de 2009: Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.	Meta cumprida

Anexo I – Descrição dos fatores das Metas Nacionais para o Poder Judiciário

I.1 Meta 16 de 2013

FATORES	DESCRIÇÃO
P16.1	O Tribunal mantém Estrutura de Controle Interno, de acordo com a meta de nivelamento nacional do CNJ n. 9 (Anexo I da Resolução CNJ n. 70/2009)?
P16.2	A estrutura de controle interno está diretamente vinculado à presidência?
P16.3	A estrutura de controle interno atua com base em processo de trabalho definido e documentado na realização de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização?
P16.4	A estrutura de controle interno atua com base em normas técnicas e em regulamentos específicos para área?
P16.5	Há previsão regimental ou outro normativo que define as competências das atividades de controle interno?
P16.6	Há recursos humanos suficientes para realizar as atividades de controle interno?
P16.7	O Tribunal promove/estimula ações de capacitação para o melhor desempenho das atividades desenvolvidas pela equipe de controle interno?
P16.8	Há infraestrutura tecnológica para apoiar os processos de trabalho?
P16.9	A estrutura de controle interno oferece orientações presenciais e à distância focadas no trabalho desempenhado pelos gestores sobre a correta aplicação dos recursos públicos?
P16.10	A estrutura de controle interno se abstém de exercer atividades próprias e típicas de gestão, assessoria jurídica, etc., que possam comprometer a independência de sua atuação?
P16.11	A estrutura de controle interno tem acesso irrestrito e imediato a todo e qualquer documento físico ou eletrônico e a registros de atos de gestão praticados pelos dirigentes e servidores da instituição?
P16.12	A estrutura de controle interno mantém programa de monitoramento da qualidade do trabalho de auditoria interna?
P16.13	A estrutura de controle interno tem autonomia para definir diretrizes, princípios e conceitos adotando as normas técnicas aplicáveis à ação de controle interno visando à qualidade e integração dos procedimentos de controle?
P16.14	Nos últimos 12 meses foi realizada auditoria de avaliação de controles internos visando aferir a adequação dos controles administrativos no enfrentamento de riscos?
P16.15	As atividades da Estrutura de Controle interno são realizadas conforme planejamento pré-estabelecido?
P16.16	A Estrutura de Controle Interno exerce o papel de assessoramento dos gestores na definição e avaliação dos riscos e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos para mitigar os riscos?
P16.17	A Estrutura de Controle Interno promove avaliação/diagnóstico dos sistemas de controles internos administrativos?

I.2 Meta 17 de 2013

FATORES	DESCRIÇÃO
P17.1	O Tribunal adotou procedimento administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de penalidades (suspensão e declaração de inidoneidade) de empresas?
P17.2	O Tribunal adotou a segregação da função de análise e aprovação de edital?
P17.3	O Tribunal criou cadastro, ou adota outro mecanismo de controle de empresas impedidas de licitar com o Poder Público?
P17.4	O Tribunal instituiu minuta padrão para a elaboração dos contratos?
P17.5	O processo de aquisição tramita pelas áreas administrativas, técnicas, jurídica e de controle, quando aplicável, antes de efetivar a despesa? ¹²
P17.6	O Tribunal fixou parâmetros de exigência para emissão e recebimento dos atestados de capacidade técnica?
P17.7	O Tribunal implantou Procedimento Administrativo Virtual?
P17.8	O Tribunal fixou prazos para a realização dos atos administrativos no procedimento licitatório?
P17.9	O Tribunal adotou o mapeamento de processos de licitação de obras de engenharia?
P17.10	O Tribunal qualificou servidores na competência de análise de mercado?
P17.11	O Tribunal adotou metodologia de pesquisa de mercado?
P17.12	O Tribunal adotou sistema de compras diretas por meio eletrônico?
P17.13	O Tribunal transmite em tempo real pela internet as sessões de julgamento dos procedimentos licitatórios, para a modalidade pregão eletrônico?